

RIO NOVO LOCAÇÕES LTDA.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

RIO NOVO LOCAÇÕES LTDA.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório do auditor independente às demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Quotistas e Administradores da
Rio Novo Locações Ltda.
Vitória- ES

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Rio Novo Locações Ltda., (“Empresa”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Novo Locações Ltda., em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Instituição de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Água Branca Participações S.A. e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 05 de abril de 2022.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/F - S - ES

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Cristiano Mendes de Oliveira'. The signature is written over a faint circular stamp or watermark.

Cristiano Mendes de Oliveira
Contador CRC 1 RJ 078157/O-2 - S - ES

Rio Novo Locações Ltda



Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	2021	2020		Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	565	83	Fornecedores	11	5.068	3.079
Títulos e valores mobiliários	6	7.588	1.321	Obrigações trabalhistas e tributárias	12	855	936
Contas a receber	7	820	1.552	Total do passivo circulante		5.923	4.015
Tributos a recuperar	-	936	1.930	Não circulante			
Dividendos a receber	-	339	339	Fornecedores	11	1.456	2.072
Créditos diversos e retenções contratuais	-	5	-	Passivo fiscal diferido	15	33.956	34.800
Total do ativo circulante		10.253	5.225	Contas a pagar partes relacionadas		400	-
Não circulante				Total do passivo não circulante		35.812	36.872
Contas a receber de partes relacionadas	8	13.151	17.291	Patrimônio líquido			
Contas a receber	7	4.451	5.917	Capital social	14	82.084	64.584
		17.602	23.208	Reserva de capital	14	45	45
Investimentos	9	39.304	36.772	Reserva de lucros	14	28.024	31.679
Imobilizado líquido	10	165.529	171.911	Reserva de reavaliação	14	65.914	67.553
		204.833	208.683	Ajuste de avaliação patrimonial	-	14.886	14.868
Total do ativo não circulante		222.435	231.891	Total do patrimônio líquido		190.953	178.729
Total do ativo		232.688	237.116	Adiantamento futuro aumento de capital		-	17.500
				Total do passivo e do patrimônio líquido		232.688	237.116

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rio Novo Locações Ltda

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Receita líquida	16	25.636	37.278
(-) Custo dos serviços prestados	17	(3.300)	(3.300)
(=) Lucro bruto		22.336	33.978
(+/-) Despesas/receitas operacionais			
Gerais e administrativas	18	(410)	(238)
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		22.344	33.740
Despesas financeiras	19	(1.385)	(4)
Receitas financeiras	19	538	215
(=) Resultado financeiro líquido		(847)	211
(=) Lucro operacional antes das participações societárias		21.497	33.951
Outros Resultados com Participações Societárias		1	1
Resultado de equivalência patrimonial	9	2.114	(1.640)
(=) Resultado de participação societária		2.115	(1.639)
(=) Lucro/(Prejuízo) antes do Tributos sobre o lucro		23.612	32.312
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	15	(3.196)	(4.259)
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	15	844	844
(=) Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício		21.260	28.897

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rio Novo Locações Ltda

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Lucro/(prejuízo) do exercício	21.260	28.897
Reflexo ajuste de participação em coligada	18	5.374
Total do resultado abrangente do exercício	21.278	34.271

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rio Novo Locações Ltda

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Reserva de reavaliação	Reserva de alienação de bônus de subscrição	Reserva de retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
Saldos em 1º de Janeiro de 2020		59.084	69.191	45	18.138	-	9.494	155.952	-	155.952
Aumento de capital		5.500	-	-	-	-	-	5.500	-	5.500
Adiantamento futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	17.500	17.500
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(1.638)	-	1.638	-	-	-	-	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	28.897	-	28.897	-	28.897
Distribuição de lucros	-	-	-	-	(16.994)	-	-	(16.994)	-	(16.994)
Reflexo ajuste de participação em coligada	9	-	-	-	-	-	5.374	5.374	-	5.374
Constituição da reserva de lucros	-	-	-	-	28.897	(28.897)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		64.584	67.553	45	31.679	-	14.868	178.729	17.500	196.229
Aumento de capital		17.500	-	-	-	-	-	17.500	-	17.500
Adiantamento futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	(17.500)	(17.500)
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(1.639)	-	1.639	-	-	-	-	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	21.260	-	21.260	-	21.260
Distribuição de lucros	-	-	-	-	(26.554)	-	-	(26.554)	-	(26.554)
Reflexo ajuste de participação em coligada	9	-	-	-	-	-	18	18	-	18
Constituição da reserva de lucros	-	-	-	-	21.260	(21.260)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		82.084	65.914	45	28.024	-	14.886	190.953	-	190.953

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rio Novo Locações Ltda

Demonstrações do fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
(=) Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		23.612	32.312
Itens que não afetam o caixa operacional			
Depreciações	10	3.300	3.299
Resultado de equivalência patrimonial	9	(2.114)	1.640
Outros Resultados com participação Societária	9	-	5.501
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-	844	844
		<u>2.030</u>	<u>11.284</u>
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo			
(Aumento)/ diminuição no contas a receber	7	2.198	70
(Aumento)/ diminuição nos tributos a recuperar	-	994	(44)
(Aumento)/ diminuição nos Créditos diversos e retenções contratuais	-	(5)	-
Aumento/ (diminuição) em fornecedores	11	1.373	6
Aumento/ (diminuição) em obrigações trabalhistas e tributárias	12	(925)	(1.156)
Imposto de renda e contribuição social		(3.196)	(4.259)
Caixa líquido das atividades operacionais		<u>26.081</u>	<u>38.213</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
(Acréscimo)/ baixa de investimentos	9	(400)	(25.150)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	17.500
(Acréscimo)/ diminuição do imobilizado	10	3.082	-
(Aplicação)/ resgate de títulos e valores mobiliários	6	(6.267)	104
Caixa líquido das atividades de investimentos		<u>(3.585)</u>	<u>(7.546)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Distribuições de lucros	-	(26.554)	(16.994)
(Diminuição)/ Aumento de transações com partes relacionadas	8	4.540	(14.120)
Caixa líquido das atividades de financiamentos		<u>(22.014)</u>	<u>(31.114)</u>
Aumento/(redução) líquido de caixa		<u>482</u>	<u>(447)</u>
Caixa no início do período		83	530
Caixa no final do período		565	83
Aumento/(redução) líquido de caixa		<u>482</u>	<u>(447)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Rio Novo Locações Ltda. (Empresa) está sediada na Rodovia BR 262, s/nº, no Km 6,3, Vila Capixaba - Cariacica/ES, e tem por objeto principal a prestação de serviço de aluguel de imóveis próprios, nos estados do Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais, podendo participar em outras empresas como quotista ou acionista.

A Empresa e suas controladas desenvolvem seus negócios dentro do contexto de um grupo empresarial, utilizando-se, eventualmente, da estrutura de empresas relacionadas, compartilhando custos administrativos e esforços de gestão.

As receitas da Empresa, 91,69% são oriundas das operações de arrendamento de imóveis com empresas relacionadas.

1.1. Surto de coronavírus - Covid-19

Frente à proliferação da COVID-19, que gerou o decreto legislativo em âmbito federal reconhecendo calamidade pública nacional, considerando os impactos já percebidos desde o mês de março/20 e também esperados para os próximos meses, a companhia elaborou seu orçamento proposto para o exercício de 2021 considerando os impactos desta pandemia na operação e no seu faturamento.

A companhia também elaborou e executou diversos planos de ação sociais, buscando manter a saúde de nossos colaboradores. As medidas adotadas estão em linha com as medidas e recomendações da OMS e do Ministério da Saúde.

Na estrutura de pessoal várias ações de adequação, adotando as medidas governamentais com aplicação das MPs 927, 932 e 936 além da portaria 129 (Ministério da economia), avaliação e adequação das estruturas de backoffice e operacionais, levando em consideração os impactos sofridos em cada setor.

Na esfera econômica, foram adotados planos contundentes para preservar a saúde financeira da companhia, realizando negociações com nossos principais fornecedores revisando valores e prazos, suspensão de projetos não iniciados e revisão dos projetos em andamento.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de elaboração e preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Empresa adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC em vigor em 31 de dezembro de 2021.

A presente demonstração financeira foi aprovada pela Administração da Empresa em 31 de março de 2022, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

As demonstrações contábeis foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Empresa de dar continuidade as suas atividades durante a elaboração das demonstrações contábeis. A Empresa está adimplente em relação às cláusulas de dívidas na data da emissão dessas demonstrações contábeis e a Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Empresa de dar continuidade as suas atividades nos próximos 12 meses. A Empresa entende que eventuais efeitos não serão relevantes.

2.2. Apresentação das demonstrações contábeis não consolidadas

A Empresa, apoiada no item 10 do pronunciamento técnico CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, não está apresentando demonstrações contábeis de forma consolidada, uma vez que atende, cumulativamente, aos seguintes itens:

- (a) A Empresa tem como principal acionista a empresa Águia Branca Participações S.A., a qual manifestou sua aprovação quanto ao procedimento adotado;
- (b) Os instrumentos de dívida ou patrimoniais da Empresa e de sua controladora não são negociados em mercado aberto;
- (c) A Empresa e sua controladora não estão em processo de registro de suas demonstrações contábeis na Comissão de Valores Mobiliários ou outro órgão regulador;
- (d) A Águia Branca Participações S.A. publica suas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1. Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Empresa e de cada uma das empresas incluídas nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (Reais).

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis em até três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor justo e com o objetivo de atender a compromissos de curto prazo.

3.3. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários referem-se aos investimentos de alta liquidez, resgatáveis em até três meses, cuja intenção da Administração não objetiva a atender compromissos de curto prazo.

3.4. Ativos financeiros

3.4.1. Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"); ou (iii) valor justo por meio do resultado ("FVTPL").

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Empresa pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

3.4.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Empresa estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

3.4.3. Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado

A Empresa avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Empresa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

3.4.4. Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Empresa transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasso”; e (a) a Empresa transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Empresa não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a Empresa tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Empresa com esse ativo.

3.5. Passivos financeiros

3.5.1. Reconhecimento e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros da Empresa, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

3.5.2. Mensuração subsequente:

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

3.5.3. Custos de empréstimos:

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Empresa incorre em conexão com a captação de recursos.

3.5.4. Desreconhecimento de passivos financeiros:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença, nos correspondentes valores contábeis, reconhecida na demonstração do resultado.

3.6. Investimentos

Os investimentos da companhia são avaliados com base no método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras. As participações societárias são apresentadas nas demonstrações do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro atribuível aos acionistas.

3.7. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Empresa e de suas controladas, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou duração do contrato, nos casos em que não há a opção de compra.

Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.8. Avaliação do valor recuperável dos ativos

O valor contábil líquido dos ativos, que não aqueles mensurados pelo seu valor justo são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, a perda é reconhecida.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente Unidades Geradoras de Caixa (UGCs).

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação embases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.9. Imposto de Renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no país em que a Empresa atua e gera Lucro tributável.

3.10. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Empresa.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Empresa reconhece a receita com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Empresa e as receitas e custos puderem ser mensurados com segurança

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

3.11. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

A Companhia considerou novas revisões e interpretações às IFRS e aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor em 1º de janeiro de 2021, mas não afetaram substancialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

a) Reforma da Taxa de Juros de Referência - IBOR "fase 2" (Alterações para IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16):

Essas alterações a várias normas IFRS são obrigatórias para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021 e complementam as realizadas em 2019 ("fase 1"). As alterações proporcionaram alívio à Companhia, em relação a certos empréstimos cujos termos contratuais são afetados pela reforma da taxa de juros de referência. A Companhia não espera impactos significativos quando da adoção desta norma.

b) Impactos da COVID-19 nas concessões de aluguel (Alterações a IFRS 16):

A partir de junho de 2020, e depois a partir de março de 2021, a IFRS 16 / CPC 06-R2 foi alterada para incluir um expediente prático para os locatários que contabilizam as concessões de aluguel recebidas como consequência direta da pandemia do COVID-19 e satisfazem todas as seguintes condições:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

- i. A alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração;
- ii. Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2022;
- iii. Não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

As concessões de aluguel que satisfaçam esses critérios podem ser contabilizadas de acordo com o expediente prático, o que significa que o locatário não avalia se a concessão de aluguel atende à definição de uma modificação de locação.

A Companhia não optou por utilizar o expediente prático originalmente emitido em maio 2020 para todas as concessões de aluguel que atenderam aos referidos critérios.

3.12. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021

3.12.1. Alterações IAS 37 - Contrato onerosos - Custo de cumprimento de contrato

Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez.

A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato.

A Companhia está avaliando os impactos do IFRS e entende que sua adoção não provocará impacto relevante nas demonstrações contábeis.

3.12.2. Outras normas

- a) Alteração na norma IAS 16 Imobilizado - Classificação do resultado gerado antes do imobilizado estar em condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

- b) Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2022. Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações de norma são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2022;
- c) Alteração na norma IFRS 3 - inclui alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual das IFRS. As alterações à IFRS 3 são efetivas para períodos iniciados em ou após 01/01/2022;
- d) Alteração na norma IAS 1 - Classificação de passivos como Circulante ou Não circulante. Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante. Alteração à IAS 1 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; e
- e) Alteração na norma IFRS 4 - Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 para seguradoras. Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária de aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras. Alteração à IFRS 4 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023.

A Companhia está avaliando os impactos dos IFRSs e entende que sua adoção não provocará impacto relevante nas demonstrações contábeis.

4. Instrumentos financeiros

A Empresa efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Empresa não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

As atividades da Empresa a expõe a alguns riscos financeiros. A gestão de risco busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Empresa. A gestão de risco é realizada e regularmente monitorada pela Empresa, a qual busca identificar e avaliar os principais riscos para proteger a Empresa contra eventuais perdas financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

Os valores contábeis e justo dos principais instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são como segue:

	Níveis	2021		2020	
		Custo Amortizado	Valor justo	Custo Amortizado	Valor justo
Ativos Financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	1	-	565	-	83
Títulos e valores mobiliários	2	-	7.588	-	1.321
Contas a receber	-	5.271	-	7.469	-
Tributos a recuperar	-	936	-	1.930	-
Contas a receber de partes relacionadas	-	13.151	-	17.291	-
Total		19.358	8.153	26.690	1.404
Passivos Financeiros					
Fornecedores	-	6.524	-	5.151	-
Obrigações trabalhistas e tributárias	-	855	-	936	-
Total		7.379	-	6.087	-

Existem três tipos de níveis para classificação do Valor Justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos Níveis Hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Nível 3 durante o exercício em análise e que não ocorreram transferências de níveis para este mesmo exercício.

4.1. As operações da Empresa estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos

4.1.1. Riscos de crédito

A política de aluguel da Empresa considera o nível de risco de crédito, a qual está disposta a sujeitar-se no curso de seus negócios. A carteira de recebíveis está concentrada com empresas do grupo Águia Branca.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

4.1.2. Riscos de liquidez

É o risco de a Empresa não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

4.1.3. Risco de taxa de juros e moeda

Decorre da possibilidade de a Empresa sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre suas aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos, assim como variação cambial sobre os empréstimos e financiamentos. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Empresa busca diversificar a aplicação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

A Empresa não possuía em 31 de dezembro de 2021 instrumentos derivativos para cobertura de riscos de taxas de juros.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Bancos conta movimento	<u>565</u>	<u>83</u>

6. Títulos e valores mobiliários

	2021	2020
Aplicações financeiras	<u>7.588</u>	<u>1.321</u>
	<u>7.588</u>	<u>1.321</u>

As aplicações financeiras estão representadas substancialmente por aplicações em fundos de investimento de renda fixa (fundos não exclusivos) realizadas junto às instituições financeiras de primeira linha. Os fundos estão vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média anual de 100% do valor da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Não há garantias atreladas aos seus saldos. As aplicações podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, com base nas taxas futuras de papéis similares.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

7. Contas a receber

	2021	2020
Crédito com alienação de ativos	4.402	5.868
Outras contas a receber	869	1.601
Total	5.271	7.469
<hr/>		
Parcela de curto prazo	820	1.552
<hr/>		
Parcela de longo prazo	4.451	5.917

8. Transações com partes relacionadas

	2021	2020
Ativo não circulante		
Contas a receber		
Águia Branca Participações S.A.	81	80
Vix Logística S.A.	114	115
Viação Águia Branca S.A.	11.858	16.146
VD Comércio de Veículos Ltda	259	220
Kurumá Veículos S.A.	580	476
VD Pneus Ltda	40	35
Lynx Comércio de Veículos Ltda	10	13
Taurus Comércio de Veículos Ltda	1	1
Land Vitória Comércio de Veículos Ltda	27	42
AB Comércio de Veículos Ltda	181	163
Total	13.151	17.291

A Empresa realizou receita de prestação de serviços com partes relacionadas a seguir:

	2021	2020
Receitas		
Águia Branca Participações S.A.	965	959
Vix Logística S.A.	1.954	2.067
Viação Águia Branca S/A	8.556	17.774
VD Comércio de Veículos Ltda	3.098	4.689
Kurumá Veículos S.A.	6.645	6.121
Lynx Comércio de Veículos Ltda	14	14
Taurus Comércio de Veículos Ltda	13	11
VM Comércio de Veículos Ltda	504	1.326
VD Pneus Ltda	474	689
AB Comércio de Veículos Ltda	2.174	2.534
Total	24.397	36.184

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

As transações realizadas entre a Empresa e as empresas relacionadas referem-se, substancialmente a aluguel de imóveis, efetuados com valores e condições definidas entre as partes. Em 31 de dezembro de 2021, a Empresa realizou uma avaliação, com empresa especializada independente, do valor dos aluguéis contratados com as empresas relacionadas e não identificou variações significativas entre o valor praticado e o valor estimado de aluguel para as regiões onde o imóvel está localizado. A metodologia utilizada para o cálculo do valor estimado de aluguel consistiu na multiplicação do valor justo estimado dos imóveis pela taxa de rentabilidade esperada para a região.

9. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2021 a empresa detinha a participação nas seguintes empresas:

Empresa	% Participação	
	2021	2020
Taurus Comércio de Veículos Ltda.	100,00%	100,00%
EnP Participações S.A.	31,00%	31,00%
EnP Ecosystemas S.A.	24,50%	24,50%
EnP Norte Capixaba (a)	25,00%	-
Azul S/A (b)	0,094%	0,096%

- a) Em 27 de abril de 2021, a controlada Rio Novo Locações Ltda adquiriu 400.000 (quatrocentos mil) quotas da companhia EnP Norte Capixaba Ltda, no montante de R\$ 400 mil.

9.1. Composição do saldo

Investimentos	Participação	Patrimônio líquido em 2021	Investimento		Resultado com equivalência patrimonial	
			2021	2020	2021	2020
Taurus Comércio de Veículos Ltda.	100,00%	7.143	7.143	7.090	53	47
Azul S/A	0,094%	-	-	-	(4)	(195)
EnP Participações S/A	31,00%	25.240	7.824	7.541	269	(1.274)
Ágio Enp Participações S/A	-	-	4.859	4.859	-	-
EnP Ecosystemas Energéticos Holding S.A.	24,50%	43.689	10.704	8.907	1.797	(218)
Ágio Enp Ecosystemas Energéticos Holding S.A.	-	-	8.375	8.375	-	-
EnP Norte Capixaba	25,00%	1.595	399	-	(1)	-
Investimento total		77.667	39.304	36.772	2.114	(1.640)

9.2. Informações adicionais sobre as empresas investidas

Controlada	Ativo	Passivo	Receita	Resultado do
			Líquida	exercício
Taurus Comércio de Veículos Ltda	7.151	(7.151)	-	53
EnP Participações S/A	25.406	(25.406)	404	869
EnP Ecosystemas Energéticos Holding S.A.	70.799	(70.799)	417	7.334
EnP Norte Capixaba Ltda	1.595	(1.595)	-	(5)
Azul SA	18.533.473	(18.533.473)	9.975.729	(4.213.208)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

9.3. Movimentação dos investimentos

	Taurus	EnP Particip.	EnP Ecosystemas	EnP Norte		Total
				Capixaba	Azul SA	
Saldos em 31/12/2019	7.044	844	-	-	-	7.888
(+) Aumento/Aporte de Capital Social	-	3.315	9.125	-	-	12.440
(+/-) Equivalência patrimonial	46	(1.274)	(218)	-	(195)	(1.641)
(+/-) Ágio na aquisição de participação	-	4.335	8.375	-	-	12.710
(+/-) Reflexo ajuste de participação em coligada	-	-	-	-	195	195
(+/-) Outros resultados abrangentes	-	5.180	-	-	-	5.180
Saldos em 31/12/2020	7.090	12.400	17.282	-	-	36.772
(+) Aumento/Aporte de Capital Social	-	-	-	400	-	400
(+/-) Equivalência patrimonial	53	269	1.797	(1)	(4)	2.114
(+/-) Reflexo ajuste de participação em coligada	-	-	-	-	4	4
(+/-) Outros resultados abrangentes	-	14	-	-	-	14
Saldos em 31/12/2021	7.143	12.683	19.079	399	-	39.304

10. Imobilizado líquido

	% - Taxa anual	Custo	Depreciação Acumulada	Imobilizado líquido	
				2021	2020
Edificações	1,8 a 4,0	107.783	(49.557)	58.226	61.511
Terrenos	-	107.278	-	107.278	110.360
Veículos	20	81	(56)	25	40
Total		215.142	(49.613)	165.529	171.911

A movimentação do imobilizado para os exercícios de 2021 e de 2020 encontra-se demonstrada a seguir:

Descrição	Custo			
	Saldo anterior	Adição	Baixa	Saldo final
	31/12/2020			31/12/2021
Edificações	107.783	-	-	107.783
Veículos	81	-	-	81
Terrenos	110.360	-	(3.082)	107.278
Total do custo	218.224	-	(3.082)	215.142

Descrição	Depreciação			
	Saldo anterior	Adição	Baixa	Saldo final
	31/12/2020			31/12/2021
Edificações	(46.272)	(3.285)	-	(49.557)
Veículos	(41)	(15)	-	(56)
Total da depreciação	(46.313)	(3.300)	-	(49.613)

Imobilizado líquido	171.911	(3.300)	(3.082)	165.529
---------------------	---------	---------	---------	---------

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

Descrição	Custo			
	Saldo anterior	Adição	Baixa	Saldo final
	31/12/2019			31/12/2020
Edificações	107.783	-	-	107.783
Veículos	81	-	-	81
Terrenos	110.360	-	-	110.360
Total do custo	218.224	-	-	218.224

Descrição	Depreciação			
	Saldo anterior	Adição	Baixa	Saldo final
	31/12/2019			31/12/2020
Edificações	(42.986)	(3.286)	-	(46.272)
Veículos	(28)	(13)	-	(41)
Total da depreciação	(43.014)	(3.299)	-	(46.313)

Imobilizado líquido	175.210	(3.299)	-	171.911
---------------------	---------	---------	---	---------

10.1. Reavaliação

Nos exercícios findos em 2004, 2005 e 2007 a Empresa reavaliou os terrenos, edifícios e construções com base no laudo emitido por peritos independentes. As taxas de depreciação dos bens reavaliados foram determinadas com base na estimativa da vida útil revisada dos bens, de acordo com o laudo técnico de avaliação. Em 1º de abril de 2009, a reavaliação se tornou o custo do imobilizado. O custo líquido original e valor reavaliado dos terrenos, edifícios e construções são como segue:

Ano	Edifícios e Construções		Terrenos	
	Valores		Valores	
	Custo	Reavaliados	Custo	Reavaliados
2004	24.150	59.793	2.922	9.720
2005	58.793	71.095	-	-
2007	64.000	90.106	9.639	87.723

Os valores de reavaliação foram reconhecidos no ativo imobilizado em contrapartida da reserva de reavaliação no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários (imposto de renda e a contribuição social). Os efeitos tributários foram reconhecidos na rubrica impostos diferidos no passivo não circulante. O saldo remanescente de reavaliação, líquido de impostos diferidos, em 31 de dezembro de 2021 é de R\$65.914 (R\$ 67.553 em 2020).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

10.2. Revisão da vida útil

A Empresa avaliou a vida útil-econômica dos itens que compõe seu ativo imobilizado e conclui que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidas em 31 de dezembro de 2021, uma vez que não ocorreram alterações nas estimativas e premissas adotadas nos exercícios anteriores.

10.3. Avaliação de Impairment

A Empresa submeteu os saldos ao teste de "impairment" em 31 de dezembro de 2021 e não identificou perda no valor recuperável.

11. Fornecedores

	2021	2020
Fornecedores Diversos	6.524	5.151
<hr/>		
Parcela de curto prazo	5.068	3.079
<hr/>		
Parcela de longo prazo	1.456	2.072

12. Obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias

	2021	2020
Previdenciárias - FGTS/INSS	2	2
Provisão - férias e encargos	10	10
Federais:		
COFINS	65	62
CSLL	210	226
IRPJ	552	622
PIS	14	13
Retenções diversas	2	1
Total	<u>855</u>	<u>936</u>

13. Provisão para demandas judiciais

Em 31 de dezembro de 2021, a Empresa não possuía processos de qualquer natureza, classificados como risco de perda provável, para os quais seja necessária a contabilização de provisões.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

A Empresa figura como parte em 01 processo administrativo de natureza tributária, classificada como possível, no montante de R\$ 15.993, representada por auto de infração junto a SRF. A SRF autuou a Empresa sobre suposto ganho de capital na operação de incorporação de ações realizado em novembro de 2012 entre as empresas Trip Linhas Aéreas S/A e a Azul S/A. A Empresa apresentou defesa e atualmente o processo está no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

As declarações de rendimentos da Empresa estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciários, referentes a períodos variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação final pelas autoridades fiscais.

14. Patrimônio líquido

14.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Empresa em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 82.084 (R\$ 64.584 em 2020), representado por 82.084.342 quotas (64.584.342 em 2020), 82.084.341 quotas pertencentes à controladora Águia Branca Participações S.A.

14.2. Reserva de reavaliação

Refere-se à reavaliação de terrenos, edifícios e construções, líquidas do efeito tributário, conforme comentado à Nota Explicativa nº 10.1. Após a realização efetiva dos bens do ativo imobilizado, por meio da depreciação ou alienação, o valor correspondente da reavaliação dos itens realizados é transferido da reserva de reavaliação para lucros acumulados.

14.3. Reserva de alienação de bônus de subscrição

Refere-se à a reserva de alienação de bônus de subscrição realizada em 2013, de bônus de subscrição recebidos na operação de incorporação de ações entre as empresas Trip Linhas Aéreas S/A e a Azul S/A.

14.4. Reserva de retenção de lucros

A Empresa, em conformidade com seu contrato social, mantém reserva de lucros que terão por fim assegurar recursos para financiar seus investimentos a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios e são formadas com o saldo remanescente do lucro líquido do exercício após as deduções legais e estatutárias.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

14.5. Ajustes de avaliação patrimonial

Refere-se aos resultados abrangentes de contrapartida á aumentos ou diminuições de valor atribuídas a ativos resultantes de transações e outros eventos, não ocorridas com os sócios. Os valores serão transferidos para o resultado do exercício à medida que os ativos forem sendo realizados.

15. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

15.1. Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e a contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

Descrição	2021	2020
Receita faturada	26.607	38.690
Alíquota de presunção	32%	32%
Base de cálculo estimada	8.514	12.381
Outras receitas tributáveis	956	215
Receita tributável	9.470	12.596
Imposto de renda 15%	1.421	1.889
Adicional de IR - 10% sobre excedente a R\$240 (=) imposto de renda devido	923 2.344	1.236 3.125
Contribuição social sobre o lucro líquido 9%	852	1.134
Imposto de renda e contribuição social corrente	3.196	4.259
Alíquota efetiva	12%	11%

15.2. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos, classificados no passivo não circulante da Empresa no montante de R\$ 33.956 em 31 de dezembro de 2021 (R\$34.800 em 31 de dezembro de 2020) é composto por:

Descrição	Base de cálculo	Imposto diferido
Reserva de reavaliação	99.870	33.956
Total	99.870	33.956

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

16. Receita operacional

	2021	2020
Receita de locação de imóveis	<u>26.607</u>	<u>38.690</u>
Deduções da receita operacional		
PIS	(173)	(251)
COFINS	(798)	(1.161)
	<u>(971)</u>	<u>(1.412)</u>
Receita operacional líquida	<u>25.636</u>	<u>37.278</u>

17. Custos dos serviços

	2021	2020
Depreciações e amortizações	<u>(3.300)</u>	<u>(3.300)</u>
Total	<u>(3.300)</u>	<u>(3.300)</u>

18. Despesas gerais e administrativas

	2021	2020
Serviços prestados por terceiros	<u>(236)</u>	<u>(83)</u>
Despesas com pessoal	(92)	(88)
Despesas com tributos	(60)	(42)
Outros custos e despesas	(22)	(25)
Total	<u>(410)</u>	<u>(238)</u>

19. Receitas e despesas financeiras

	2021	2020
Despesas financeiras		
Demais juros apurados	(1.379)	-
Despesas bancárias	(3)	(3)
Outras despesas financeiras	(2)	(1)
	<u>(1.384)</u>	<u>(4)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	217	26
Juros e Descontos obtidos	320	189
	<u>537</u>	<u>215</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(847)</u>	<u>211</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

20. Cobertura de Seguros

A companhia mantém seguros com coberturas e limites de indenização considerados suficientes pela Administração para cobrir os principais riscos sobre seus ativos.

A seguir encontram-se detalhadas as principais coberturas de seguros da companhia:

Modalidade do seguro

Danos materiais a terceiros	100
Danos corporais a terceiros	300
Danos morais	40

Decio Luiz Chieppe

Decio Luiz Chieppe
Administrador

Nicolle Marques Araújo

Nicolle Marques Araújo
Contadora
CRC/MG 111061/O-8